

A. I. N° - 931606-0/05
AUTUADO - ANANIAS VALES DOURADO
AUTUANTE - ALBA MAGALHÃES DAVID
ORIGEM - INF AZ GUANAMBI
INTERNET - 14.02.06

2ª JUNTA DE JULGAMENTO FISCAL

ACÓRDÃO JJF N.º 0020-02/06

EMENTA: ICMS. NULIDADE. ILEGITIMIDADE PASSIVA. Embora seja evidente a irregularidade da situação das mercadorias neste caso, a autuação foi feita em nome de pessoa ilegítima para figurar na relação jurídica tributária, conforme reconhece a própria fiscalização. Auto de Infração NULO. Decisão unânime.

RELATÓRIO

O Auto de Infração em lide, lavrado em 16/9/05, acusa a realização de operação com maracujá destinado a industrialização, sendo a mercadoria entregue na Agro Alimentos Ltda., sem documentação fiscal. ICMS lançado: R\$ 2.295,00. Multa: 100%.

O autuado apresentou defesa alegando que sua empresa foi autuada por transporte de mercadoria destinada a industrialização desacompanhada de Nota Fiscal, fato ocorrido em 15 de setembro de 2005, tendo como motorista a pessoa de José Henrique Cardoso Souza, e argumenta ser pessoa ilegítima para figurar no pólo passivo da relação jurídica instaurada, por não ter qualquer relação pessoal e direta com a operação, haja vista que, conforme documento anexo, referente à transferência de veículo, em 11 de fevereiro de 2005 vendeu o veículo que transportava as mercadorias objeto da autuação, justamente à pessoa que se diz apenas motorista do mesmo, José Henrique Cardoso Souza, contra quem considera que deva ser dirigido o procedimento administrativo fiscal. Pede que seja declarado ser parte ilegítima para figurar como autuado da infração considerada, desobrigando-o do pagamento do débito correspondente.

O fiscal designado para prestar informação observa que, diante das provas apresentadas pela defesa, o verdadeiro transportador, que também era o motorista do veículo, não havia providenciado a transferência do veículo junto ao Departamento de Trânsito, induzindo o autuante a erro essencial – erro na identificação do sujeito passivo. Considera que a ação fiscal está prejudicada pela nulidade prevista no artigo 18, IV, “b”, do RPAF, por se achar demonstrada a ilegitimidade passiva do autuado. Propõe que se decrete a nulidade do lançamento, para que o procedimento seja refeito, considerando como sujeito passivo o motorista e verdadeiro proprietário do veículo.

VOTO

O Auto de Infração em apreço diz respeito ao lançamento de ICMS em virtude da realização de operação com maracujá destinado a industrialização, sem documentação fiscal.

O detentor da mercadoria era José Henrique Cardoso Souza, que foi identificado como simples motorista, por exibir documento do veículo em nome de Ananias Vales Dourado, que seria o transportador, sendo por isso em nome deste lavrado o Auto de Infração, na condição de responsabilidade solidário. No entanto, o autuado – Ananias Vales Dourado – provou que em 11 de fevereiro de 2005 o veículo que transportava as mercadorias objeto da autuação havia sido vendido, justamente à pessoa que se diz apenas motorista do mesmo, José Henrique Cardoso Souza.

Não há dúvida quanto à ilegitimidade passiva do autuado.

A repartição fiscal examinará se existem elementos que justifiquem a renovação do procedimento. É evidente que se o interessado na solução do caso, antes de nova ação fiscal, sanar alguma irregularidade porventura existente, se exime de sanções.

Voto pela NULIDADE do Auto de Infração.

RESOLUÇÃO

ACORDAM os membros da 2ª Junta de Julgamento Fiscal do Conselho de Fazenda Estadual, por unanimidade, julgar **NULO** o Auto de Infração nº **931606-0/05**, lavrado contra **ANANIAS VALES DOURADO**.

Sala das Sessões do CONSEF, 2 de fevereiro de 2006.

JOSÉ CARLOS BACELAR – PRESIDENTE

JOSÉ BEZERRA LIMA IRMÃO – RELATOR

JOSÉ FRANKLIN FONTES REIS – JULGADOR